

A educação dos trabalhadores de Joinville no Estado Novo (1937- 1945), por meio da propaganda. Um estudo de caso: DNP – Departamento Nacional de Propaganda

Giane Maria de Souza.

Licenciada em História pela Universidade da região de Joinville – UNIVILLE. Mestranda em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Participa do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil.

Apresentação

O presente artigo é parte de uma pesquisa acadêmica – Dissertação de Mestrado em História da Educação, intitulada **Educação e Sindicatos Amarelos no Estado Novo (1937-1945) – Um estudo de caso em Joinville-SC**, sob a orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

Reelaborado especialmente para a comemoração dos 20 anos do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil, este artigo pretende contribuir para o debate contemporâneo sobre Educação e Trabalho.

Introdução

O golpe do Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas, marca a história do Brasil, determinando profundas transformações e influências ideológicas nos contextos político, econômico e social. As organizações da classe trabalhadora, representadas pelos sindicatos, a partir da legislação getulista de trabalho, tiveram uma nova configuração dentro do cenário estadonovista.

O discurso de “cooperação” atravessou todas as classes sociais e transformou Getúlio Vargas no idolatrado “pai dos pobres”. Vargas subjugou e atrelou os sindicatos ao Estado, promovendo a política de aquiescência social respaldada pelo ressurgimento dos sindicatos “amarelos”.

As políticas implementadas pelo poder executivo serviram para a análise da coerção ideológica propagada pelo Estado Novo intermediada por seus órgãos de propagandas

oficiais. A cooptação dos trabalhadores pelo Estado getulista aconteceu de forma totalitária e desmobilizadora das lutas operárias. O Estado manteve um forte aparato ideológico, autoritário e repressor, garantido efetivamente pela Legislação Trabalhista. (ARAÚJO, 1996) (CARONE, 1979); (FAUSTO, 1986); (DE DECA, 1996); (PINHEIRO, 1997).

A política estadonovista de Vargas encontra em Joinville, cidade do norte de Santa Catarina, uma economia industrial em ascensão e uma classe operária em consolidação. Joinville, por isso, recebeu o título de Manchester Catarinense – homenagem à capital industrial inglesa.

A educação no Estado Novo (1937 – 1945) enfatizou o adestramento do homem ao trabalho como símbolo de desenvolvimento e harmonia nacional. Explícita e implicitamente a ideologia do Estado Novo utilizou mecanismos de cooptação e subordinação dos trabalhadores para garantir o fluxo de exploração capitalista, principalmente nas cidades industriais em emergência.

Kuenzer (2002) considera que no meio do processo produtivo dos trabalhadores se cria a pedagogia do trabalho. Essa pedagogia do trabalho se apropria do senso comum dos operários para, por meio do seu entendimento, manipular sua concepção de mundo a serviço da reprodução das forças produtivas hegemônicas do capital.

Todas as determinações e configurações históricas do trabalho assumiram então um caráter ideológico de encobrimento ilusório da realidade do mundo do trabalho. Os sindicatos e círculos operários, concretamente, foram utilizados como centros de formação pedagógica dos trabalhadores, exercendo uma função educativo-escolar, no sentido de manter os desígnios do capital e a divisão do trabalho.

Saviani (2005:13) esclarece: “(...) o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada individuo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Nesse sentido, a concepção de educação para Saviani contempla a idéia central deste artigo. A educação que é dirigida para os trabalhadores, é a produção materializada do conhecimento, produzido e localizado historicamente. A educação, sobretudo, está e esteve ideologicamente posicionada ao lado do grupo político e econômico hegemônico da sociedade.

Para Nosella (1992), o trabalho é considerado a partir de Gramsci uma oficina-escola, concretizando diversos tipos de cultura para a adaptação do homem no processo produtivo em determinado contexto histórico. Destarte, o homem no capitalismo deve se preocupar com seu trabalho antes e depois da sua jornada fabril. Assim, coube aos sindicatos, ao círculo de cultura, às associações, às escolas politécnicas, profissionais e tecnológicas, cumprir com essa função educativo-escolar de Gramsci.

O Departamento Nacional de Propaganda foi criado em 1938, especificamente para difundir as políticas varguistas e sua ideologia no seio da classe operária. O DNP originou-se do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC (1934). Esse órgão atuava perante a imprensa oficial e era o responsável pelo rádio, cinema entre outros. Em 1938, o DPDC foi reorganizado e criado o DNP, dirigido por Lourival Fontes.

O DNP assumiu diversas funções como: editar a Hora do Brasil; realizar a personalização da propaganda; fazer a abertura da Sessão de Cinema (que tinha como objetivo divulgar aspectos positivos do Brasil no estrangeiro e no interior do país); criação da Sessão de Turismo (com o propósito de receber visitantes brasileiros, editar cartazes, folhetos sobre o país). Mas sua função principal era a de realizar a educação cívica (GOULART, 1990).

Seu principal intuito: era de educar as massas para o nacional desenvolvimentismo. Para atingir tais objetivos era necessário o governo penetrar ideologicamente no ambiente fabril, nas escolas, na casa do trabalhador. A educação do trabalhador na ótica da propaganda governista deveria ser ministrada com a mesma simplicidade que o operário concebia sua vida: de casa para o trabalho, do trabalho para casa.

O DNP era destinado à formação escolar-educativa dos operários. “Este livrinho vai te contar nos seus capítulos sem retórica, - com a simplicidade de linguagem que usas no teu lar...” (DNP, 1939). Essencialmente era uma espécie de manual pedagógico, elaborado pelos intelectuais do governo Vargas e ministrado pelos líderes do movimento sindical dos trabalhadores conformados na política estadonovista. O operário deveria ser instruído dentro e fora de seu local de trabalho, para viver incondicionalmente para o trabalho.

Os discursos do presidente Getúlio Vargas foram todos publicados e organizados nas cartilhas do Departamento Nacional de Propaganda. A coleção se intitulava: **Nova**

Política do Brasil. Era destinada às instituições classistas para a formação do pensamento uniforme sobre a construção da nova política brasileira em desenvolvimento com o advento do Estado Novo.

Círculo operário: ambiente para estudo.

O operário joinvilense recebia uma cartilha do DNP, fornecido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para estimular o espírito patriótico e o nacionalismo propagado pelo governo autoritário.

Estudavam sobre diversos assuntos: a nova legislação trabalhista, a função dos sindicatos, os discursos do presidente, sobre economia do país, sobre o perigo do comunismo, do imperialismo e do liberalismo. O tema predileto dos apologetas do Estado Novo era o trabalho disciplinado e como os trabalhadores poderiam contribuir para o progresso nacional no exercício da sua profissão.

A educação dos trabalhadores acontecia nas assembléias do sindicato, nas associações de classe, sindicatos, igrejas e, principalmente, nas fábricas. O Círculo Operário era o local escolhido para as manifestações e encontros políticos, festas, cursos e reuniões operárias. O espaço era utilizado para a concretização pedagógica do ideal varguista.

O Círculo Operário foi fundado em Joinville em 1935, pelo padre Carlos Alberto Kolb com a ajuda de políticos e sindicalistas da região. Sob orientação social cristã da *Rerun Novarum* de Leão XIII, padre Kolb propunha aliviar as dores promovidas pela exploração capitalista, num ambiente onde o trabalhador tivesse oportunidade de se capacitar qualificadamente para o trabalho. As reuniões de entretenimento, lazer e encontro dos operários eram promovidas pela direção do Círculo, em parceria com os sindicatos.

O estatuto do Círculo Operário preconizava nos seus artigos: “Restaurar a paz no mundo do trabalho, pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões”. Assim como: “Repúdio à luta sistemática e violenta entre as classes”. Uma das suas prerrogativas mais importantes, destacada no

próprio estatuto em negrito: “O Trabalho cada vez mais dominante, a Natureza cada vez mais dominada, o Capital cada vez mais proporcionado”.¹

A ideologia do capital justo, distribuído conforme os méritos de cada trabalhador era, como se vê, difundido na classe trabalhadora pelo Círculo Operário, constantemente. Seu estatuto previa que os sócios seriam admitidos se possuíssem sua sindicalização em dia. A regularidade com a entidade sindical evidenciava a regularidade com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual o Círculo era colaborador efetivo.

O operário precisava aprender, por intermédio dos eventos que o Círculo promovia, quem havia concedido seus direitos trabalhistas, pois, o presidente Vargas, “ao mesmo tempo em que satisfazia o interesse dos patrões, defendia o dos operários”.² O trabalhador precisava entender o processo anterior à década de 30 e perceber os benefícios que o novo regime institucionalizava no país. “(...) Oprimido, sob um férreo regime, o nosso operário, trabalhava dez e doze horas, sujeito aos caprichos e desmandos do patrão sem consciência que dele procuravam arrancar tudo, sem nada lhe darem em troca”³, mas “o grande Chefe, compreendeu que precisava amparar o nosso operário”⁴.

Getúlio tornava-se o grande líder, o grande benfeitor e protetor das causas operárias com anuência dos sindicatos. Acima de qualquer político e, principalmente, de qualquer patrão, Vargas deveria ser venerado, respeitado. Getúlio era o grande “Chefe da Nação”, o mito personificado desencadeador do desenvolvimento econômico e social do país. Para Carone (s/d: 167): “Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-os público. É assim que o Estado Novo marca a ação e o sentido do presidente Getúlio Vargas, que, (...) só começa a ser sistematicamente comemorado a partir de 1940”.

A direção do Círculo Operário numa tentativa de homenagear o novo regime político que se instalava no país, batizou o Hall do Círculo Operário com o nome do chefe da polícia do Estado Varguista: Fillinto Muller. As características do Estado Autoritário estavam propagadas e defendidas no espaço destinado para o lazer dos operários. A ordem,

¹ **Estatutos do Círculo Operário de Joinville.** Estado de Santa Catarina. 1935.

² **Elogio proletário de Getúlio Vargas, 1939:** DNP.

³ Idem

⁴ Ibidem

a disciplina e a religião eram sinônimos de segurança nacional. A simbologia da denominação dada ao Hall demonstra, de fato, qual a segurança e qual a ideologia era hegemonicamente defendida aos trabalhadores nas atividades circulares.

A educação para os operários e sua família

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) freqüentemente realizavam concursos para a elaboração de monografias e artigos sobre o Estado Novo e seus princípios norteadores.

Um dos nomes que representava a vanguarda da pedagogia do Estado Novo, o Professor Humberto Grande, foi um intelectual bastante cogitado no período para desenvolver a “educação da raça” e inculcar na grande massa “métodos de trabalho e bons hábitos”.

Para entender como o Departamento Nacional de Propaganda era utilizado pedagogicamente nos sindicatos e círculos operários é necessário analisar o que o Estado Novo concebia enquanto educação. Para isso, Grande (1941) fornece uma contribuição indispensável para a problematização dessa pedagogia estadonovista.

O Brasil, mais do que qualquer outra nação do mundo, porém, precisa modernizar a sua educação e torná-la mais econômica e política. Educação econômica, quer dizer rural, industrial e profissional, que forme técnicos em eletricidade, mecânica e demais especialidades; educação política, que prepare bons administradores, capazes de dirigir a nossa complicada máquina governamental com eficiência e rendimentos. Carecemos, enfim, de políticos e economistas verdadeiros, pessoas práticas e industriais habilitados. Estes transformarão a nossa nacionalidade em poderosa potência mundial. É verdade que tal educação formará menos poetas e literatos, menos bacharéis e doutores, mas preparará homens úteis e prestimosos, técnicos e especialistas de primeira ordem de que tanto o país necessita, com a sua vasta extensão territorial, com solo fertilíssimo e subsolo dos mais ricos, com possibilidades agrícolas e industriais enormes.

Não nutramos dúvidas. Esta é a única educação, educação para o trabalho, que garantirá risonho futuro à nossa querida Pátria, e a colocará à altura dos seus altos destinos. Ela constitui a coluna vertebral da cultura brasileira. (GRANDE, 1941:81).

Os imperativos defendidos por Grande (1941) caracterizam o Estado tecnocrático de Vargas e sua deliberação autoritária antiliberal. O Brasil para o autor é um país com uma extensão territorial densa, com condições naturais de proporcionar trabalho em diversas frentes: no campo e na cidade. A educação para ele deveria corresponder a essa determinação econômico-geográfica do país.

O trabalhador deveria, no entendimento de Grande (1941), preparar profissionalmente o cidadão, para este cumprir seu papel no desenvolvimento econômico nacional. O contexto exigia a preparação pedagógica do operário para a transformação do Brasil em uma potência nacional, mesmo correndo riscos da produção artística e intelectual ficar relegada ao segundo plano. Para o ideólogo do Estado Novo a educação política deveria ser ministrada somente para àqueles que estivessem à frente desse processo evolutivo de transformação social e econômica: os administradores da nação.

Para Grande (1941), a era getuliana concretizada no Estado Novo, representava um “Estado *sui generis*, um estado nosso, não se revestindo, por isso, de cunho fascista, bolchevista, nem nacional-socialista”. A propaganda ideológica e educativa do Estado autoritário desenvolvia nos operários e suas crianças a defesa do Estado Novo. O Estado brasileiro, para esse autor, tinha sua singularidade e especificidade perante os outros regimes políticos existentes no estrangeiro, desde o comunismo soviético aos regimes europeus adeptos do nazi-fascismo.

A pedagogia estadonovista precisava promover a Educação para servir aos interesses do Estado. Aos trabalhadores e seus familiares era elaborado, especialmente, manuais de formação escolar para o trabalho. O trabalho deveria ser entendido como a engrenagem central da máquina estatal.

A educação estava destinada principalmente para os pais, mas também para seus filhos. As crianças representavam para o Estado varguista, o futuro exército de mão-de-obra capitalista. Então, o filho do operário deveria ser educado para, posteriormente, ocupar o lugar dos seus progenitores dentro das fábricas.

As crianças seriam instrumentos da polícia ideológica dentro do lar. A delação e a vigilância das ações familiares eram estimuladas para a defesa do governo e demonstração de patriotismo e civismo. Para este propósito, o DNP preparava cartilhas instrutivas que

“didaticamente” ensinavam para as crianças o quanto o governo de Vargas era bom para o Brasil:

O Brasil é bom. O menino já ficou sabendo isso na lição anterior. O menino já pode se considerar um bom brasileiro. Um bom brasileiro ama o seu país. Trabalha pela grandeza do Brasil. Conhece o Brasil e conhece as suas leis. Defende a ordem e a justiça.

Um operário é um bom brasileiro? Sim, menino, porque é um brasileiro que trabalha. Um soldado é um bom brasileiro? Sim, menino, porque é um brasileiro que defende a ordem, a lei e a justiça.

O pai do menino é um operário. O pai do pai do menino também foi um operário. Quem é o pai do pai do menino? É avô do menino. O menino sabe que o avô foi pobre e se queixou das injustiças. Mas o pai do menino já não é tão pobre. Por que? Porque o pai do menino já tem DIREITOS. O direito é a riqueza do homem honesto e trabalhador. Hoje, todos os brasileiros são iguais. O patrão e o operário são do mesmo tamanho. O Estado, isto é, o Brasil, é que é maior que ambos. E por isso tem a autoridade necessária para resolver as divergências dos dois. O menino sabe o que é uma divergência? Não, o menino não sabe. Já viu uma briga entre irmãos? Pois isso é uma divergência. Todos os brasileiros são irmãos. O Brasil não quer que os seus filhos, irmãos brasileiros, briguem uns com os outros. O Brasil não quer coisas feias. O Brasil não quer divergências. Aí, está mais uma razão pela qual o Brasil é bom.⁵

A indução do pensamento uniformizador cerceava o trabalhador. Para um Estado populista a garantia de adesão e conformismo não deveria se dar apenas naqueles que no presente trabalhavam, mas também naqueles que seriam o futuro do trabalho no Brasil.

As crianças deveriam ter o entendimento que a briga provocada entre irmãos da mesma nação - da qual o presidente Vargas considerava todos, sem exceção, filhos da mesma mãe pátria -, não deveria jamais acontecer. Isso era na linguagem infantil, intitulada pelo DNP, “uma coisa feia”.

Os elementos estruturantes do discurso do DNP demonstram a ideologia do Estado Novo, através das vertentes autoritárias: O Estado na personificação de Getúlio Vargas era o único capaz de mediar e apaziguar os ânimos exaltados dos trabalhadores no Brasil. O filho do operário deveria aprender desde pequenino o quão forte e inabalável é a força daquele que comanda os destinos da nação. Aprender a identificar os que são contra os propósitos nacionalistas do governo e enquadrá-los como inimigos da nação.

⁵ O Brasil é bom, 1938: DNP.

A fala onipresente de Vargas é dirigida para os meninos, porque este país se construía com braços fortes e másculos. O governo, definitivamente, ignorava a exploração da força de trabalho feminina e sua contribuição para a edificação da sociedade capitalista industrial que se firmava no Brasil.

Os meninos do Brasil deveriam ter o menino Getúlio como exemplo. Nas escolas as crianças aprendiam como viveu Vargas na infância. Sua vivência nos campos do Sul, sua liberdade, sua vocação para a liderança, sua obstinação e seu comprometimento patriótico. Portanto, os meninos do Brasil deveriam seguir os exemplos da trajetória do presidente: Quem é o chefe do governo? O menino sabe que é Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é um homem que sorri. Sorri porque tem confiança no Brasil. “Getúlio Vargas é o chefe nacional pela vontade do povo brasileiro”.⁶

O acontecimento de 10 de novembro de 1937 não poderia passar como golpe, mas ser um ato outorgado pela vontade do povo brasileiro. Para os operários, Getúlio era seu abrigo paterno, porque era o maior operário de todos e, concretamente, o que mais trabalhava:

O chefe da nação é um amigo do trabalhador. Ele é também um homem que trabalha. E trabalha mais que todos, porque trabalha pelo Brasil. (...) O presidente é um homem modesto, de vida simples sem ostentações. Ele não exerce o governo por vaidade ou prazer. (...) Ele também é um operário da grandeza nacional.⁷

Getúlio era defendido pelo DNP como homem desprovido de sentimentos mesquinhos, como o individualismo. Assim deveria ser o trabalhador, ordeiro, honesto. O operário deveria comportar-se como seu presidente, manter sua vida humilde para o trabalho e progresso da nação.

A concepção autoritária do governo, nacionalista e antiliberal, era coordenada por Vargas. A condenação veemente de alguns modelos liberais, modernos demais como o americano, provocariam confusão ideológica na formação cívica do povo brasileiro. (BAÍA HORTA, 1994). Porém, seu alvo principal era o regime comunista, perigo eminente que deveria ser combatido pelas forças “democráticas” e militares, para a garantia da Segurança Nacional.

⁶ Idem

⁷ Ibidem

O mal do comunismo era constantemente rechaçado pela propaganda varguista, e os trabalhadores deveriam estar cientes do que realmente representava este sistema “importado”. O comunismo traria a infelicidade para aqueles que trabalham. Para “educar” o trabalhador contra o comunismo o DNP fazia, insistentemente, propaganda anti-soviética:

O comunismo é um mal. No Brasil não há lugar para o comunismo. Que é comunismo. É o regime de escravidão que reduziu a Rússia em miséria. A Rússia é um país infeliz. (...) O comunismo foi à divisão da miséria por todos. E o Estado passou na Rússia, a ser o patrão odioso e cruel de todos os homens, quando o fracasso do comunismo se patenteou.⁸

Os famigerados “agentes de Moscou” haviam se infiltrado na classe operária brasileira que “ingenuamente”, segundo o governo, estavam se deixando cooptar pelos operários com idéias nefastas de atraso e defensoras da escravidão e miséria.

O golpe do Estado Novo se justificava pelo Plano Cohen:

Já conhece a nação o plano de ação comunista desvendado pelo Estado Maior do Exército. É um documento cuidadosamente arquitetado, cujo desenvolvimento meticuloso vem da preparação psicológica, das massas, ao desencadear do terrorismo sem peia. Preparação inteligente e multiforme, maneirosa e solerte; execução violenta e segura, para garantir o êxito, é o que nele se revela.⁹

O movimento operário organizado, anterior à década de 30, constituía um perigo eminente para a sublevação das massas. A atitude de se criar o Ministério da Indústria e Comércio era uma tentativa concreta de isolar as organizações que faziam oposição ao governo nacionalista e progressista de Vargas. Portanto, uma forma de anular a atuação dos adeptos do “credo soviético”.

(...) sob o disfarce do “Bloco Operário e Camponês” que a atividade comunista iniciou seu trabalho no Brasil (...)” “Perante o incremento que vinha tomando o movimento grevista e a propaganda comunista no nosso país, impunha ao governo tomar sérias medidas de precaução, para evitar que, acobertados pela liberdade de nossa Constituição e das nossas leis, se aproveitassem o inimigo da ordem, para implantar no Brasil o regime soviético.¹⁰

⁸ Ibidem

⁹ SOUZA, O.de Carvalho. **Evolução do comunismo no Brasil**.DNP, 1939.

¹⁰ Idem

O operário deveria estar educado e atento, para não se deixar encantar pelas propostas comunistas. A compreensão da necessidade da articulação ofensiva de 10 de novembro, promovida pelo governo, precisava estar esclarecida. O objetivo final dos comunistas era “utilizar com astúcia os desentendimentos entre o chefe da nação e seus antigos amigos, esforçar-se por introduzir-se e consolidar-se, até mesmo no seio do integralismo” (...) “são as instruções dadas por Moscou em seus agentes no Brasil”.¹¹

Os “agentes de Moscou” estavam infiltrados no interior do país e combatê-los era uma questão de Segurança Nacional. Porém, o famigerado Plano Cohen, que foi utilizado como argumento principal para a implantação do golpe do Estado Novo, logo foi desmentido literalmente pelo governo brasileiro.

O comunismo era refutado enquanto uma ação internacionalista. Uma clara tentativa soviética de implementação do regime comunista no Brasil. Para coibir este propósito soviético, o movimento operário e sindical precisava ser educado para não aderir a esses movimentos internacionalistas que propagavam a discórdia nacional. O plano Cohen foi uma ação necessária, justificada, sob a ótica governamental. A intervenção militar e o Estado de sítio, sobretudo, eram uma política de segurança nacional extremamente emergencial no contexto pelo qual o Brasil passava.

Aos operários, restava a certeza dos direitos concedidos. Pois, não houve e não havia necessidade de se organizar em sindicatos que não fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Eles estavam legalizados sob a égide do governo Vargas, portanto ao seu pleno dispor:

Em verdade, jamais se promoveu entre nós uma prática tão útil, em que se pusessem em tão estreito contato, através de um poderoso e moderno meio de propaganda, governantes e governados, para a escolha dos processos mais adequados a conquista do bem estar coletivo.¹²

O sindicato se tornou o centro administrador dos problemas. A entidade não seria mais aquela que evidencia a luta de classes, promove a inquietação, incentiva a luta ideológica organizada. “O sindicato é considerado, um órgão de colaboração de classes

¹¹ Ibidem

¹² **O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã.** DNP, 1942.

entre si, e destas com o governo”.¹³ Então, era necessário do sindicato a “abstenção em seu seio, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias e de caráter político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos a natureza dos fins sindicais.”¹⁴ A Constituição de 10 de novembro de 1937, no art.139, declarava: “A greve e o *”lockout”* são declarados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.¹⁵

O Estado defendia a subserviência total e irrestrita dos operários ao capitalismo. Ao operário que trabalha, tudo é concedido. Para Vargas, as greves, mobilizações sociais, partidarizações e a indisciplina eram condicionantes da desordem e do atraso econômico.

A grande dádiva, já estava garantida, graças ao onipresente “pai dos pobres”. Todas as leis trabalhistas, desde os contratos coletivos de trabalho, jornada de 8 horas, nacionalização do trabalho, a lei de férias, a criação dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, Carteiras Profissionais, Juntas de Conciliação e Julgamento, Comissões mistas de Conciliação, foram concedidas, por meio do empenho político e compromisso patriótico de Vargas.

O presidente entendia que patrão e operário eram membros de uma mesma família, portanto, tinham interesses afins. A legislação trabalhista estava concretizada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1º de maio de 1943. Conquista daqueles que trabalhavam dentro da ordem e harmonia e não dos adeptos de revoltas e intrigas.

Do mesmo modo que a distribuição da justiça se tornará acessível, pronta e real, nos dissídios de trabalho a representação dos trabalhadores e a sua participação nos negócios do Estado far-se-á de forma efetiva com a lei de sindicalização... Essa lei é basilar, servindo de alicerce e fundamento à representação profissional adotada pela Constituição de 10 de novembro de 1937. De acordo com os seus preceitos, a todo o profissional é lícito filiar-se ao sindicato representativo de sua profissão, assegurando-lhe essa simples filiação a possibilidade de participar dos órgãos representativos do Estado e dos Conselhos dirigentes das instituições de previdência social. Essa forma de

¹³ **O presente e futuro do trabalhador. Como estão assegurados pela Legislação Social do Brasil** Novo.DNP, 1939.

¹⁴ Idem

¹⁵ Ibidem

participação no aparelho administrativo é considerada hoje como a mais legítima expressão dos regimes democráticos.¹⁷

Estava permitida a participação e organização sindical, desde que legalizada, amparada no Ministério do Trabalho e comprometida com a Segurança Nacional. Como previa os litígios governamentais, de forma “ampla e democrática”. Sobre a Justiça do Trabalho, instituída em 1º de maio de 1939:

(...) ampla e democrática. “(...) criada em 1º de maio do ano corrente, virá proporcionar a quantos trabalham a garantia efetiva dos direitos reconhecidos nas várias leis de proteção (...) Dentro de pouco, poremos em funcionamento esse órgão paritário distribuidor da justiça social, dotado de meios próprios de execução e que representa criação puramente brasileira, pois a sua estrutura se afasta dos moldes correntes, adaptados à judicatura comum ou constituídos como simples conselhos de arbitragem.¹⁸

A ideologização messiânica e onipresente do governo Vargas era ressaltada na distribuição eminente da justiça social, enquanto benemérito social aos trabalhadores. A nova ordem que se instalava, a nova participação sindical, a nova pedagogia do trabalho, inaugurava com a Era Vargas uma nova configuração no mundo do trabalho. (KUENZER, 2002).

Os direitos e a legislação trabalhista eram incorporados no saber operário como concessões getulistas, não como fruto de um tensionamento social e uma luta de classes emergente, que envolvia organizadamente, segmentos das classes urbanas e camponesas, contra o capitalismo em consolidação e o poder político hegemônico.

O bem-estar do operário era veiculado como uma das principais metas getulistas. A alimentação dos operários, sua moradia, a concessão de seus direitos não se restringia ao parque fabril, porém o controle, a vigilância, se estendia para fora dos muros das fábricas. O trabalhador precisava ser educado para a jornada de trabalho e, após o turno de trabalho, deveria aprender a viver em sociedade.

¹⁷ **Atualidade brasileira – seus problemas e soluções. Discurso do Presidente Getúlio Vargas no segundo aniversário do Estado Novo .DNP, 1939.**

¹⁸ Idem

A pedagogia para o trabalho, o saneamento moral eram processados nos trabalhadores e estrategicamente compactuados com o empresário capitalista. O operário na fábrica deveria sentir-se em casa. O patrão era um grande amigo, disposto a lhe ajudar sempre que necessário:

(...) é de esperar que os industriais ofereçam assistência apropriada aos seus operários, não apenas nos casos comuns de moléstias infecto-contagiosas, mas de modo especial, promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundará benefício da produtividade geral.¹⁹

O papel assistencialista do empregador, a função social do sindicato. A resolução dos problemas e conflitos sociais era responsabilidade paritária de patrão e empregado. Não era exclusividade do governo o estabelecimento da assistência social. A Legislação Trabalhista, o governo estava cumprindo, cabia aos empregadores fechar o grande pacto para a harmonização das classes.

Cogita o governo, também de permitir, pelo Instituto dos Industriários, o financiamento de casas a serem construídas nos terrenos das próprias fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de só as alugarem aos operários e por preços módicos.²⁰

A relação intrínseca entre o capital e o trabalho estava alicerçada na cooptação completa e subordinação do trabalhador ao capitalista. As ações do governo autoritário e centralizador seguiam para a formação de verdadeiros campos de concentração fabris. O governo chegava a ponto de propor que se **construíssem** casas nas próprias fábricas para o operário viver com sua família. Sob o domínio e os olhos do patrão, vigiado dia e noite, cercado pelos muros fabris.

O governo relutava, pensava em solucionar mais um problema pertinente: a alimentação do trabalhador. Para esta questão, nada mais “natural” que: se a moradia está sobre a área lindeira das fábricas, os filhos dos trabalhadores estão nas escolas, as esposas dos operários colaborando com seu esforço para o desenvolvimento nacional... Vargas,

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem

então, já havia achado uma solução para o problema da alimentação dos operários: almoçar e jantar dentro das fábricas.

(...) nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, o operário, não pode almoçar em casa, de onde sai, ordinariamente, com o nascer do sol afins de alcançar o início de trabalho nos centros industriais. A hora do almoço, ou recorre às casas chamadas de pasto, onde tudo é desagradável, a começar pelo ambiente, ou come frio, e às vezes de pé, um simulacro de almoço, preparado às pressas, na véspera à noite, em casa.²¹

Segundo Carone (1980) a partir de 1939 o governo obriga as fábricas com número superior a 500 empregados a instalarem refeitórios em sua estrutura física. No mesmo ano, o Ministério do Trabalho decreta uma série de medidas para promover a racionalização dos hábitos alimentares e educar o trabalhador brasileiro. O trabalhador desnutrido causa prejuízos para o processo produtivo. Em 1940 é criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) com a finalidade de facilitar o acesso aos trabalhadores de comida barata e balanceada.

A tese de Bravermann (1987) de que o capitalismo institucionaliza inclusive as relações entre os seres humanos, é salutar no entendimento deste caso supracitado. Na ótica patronal, para os membros de uma família que trabalham distante do lar, a fábrica torna-se, evidentemente, sua segunda casa. Permanecendo mais tempo que sua jornada permite, ou almoçando em seu horário de refeição dentro da fábrica, o operário encontra-se sob os cuidados do patrão, põe-se sob vigilância deste e dos próprios colegas de trabalho.

A dependência forçosamente criada desempenha seu papel ideológico-educativo. As repressões aos vícios, aos maus hábitos, às intrigas e desarmonias, significam que o patrão apenas desejava que o trabalhador estivesse fisicamente e moralmente sadio. Para Bravermann (1987) o capital cria mecanismos de aliciamento e adstração do trabalhador para, enfim, criar e ter sob seu domínio o trabalhador produtivo.

Getúlio, sobretudo, mirava a formação do trabalhador produtivo. Para isso não media esforços em convencer o trabalhador a colocar sua vida à disposição do processo de trabalho, como uma atitude cívica.

²¹ Ibidem

O poder ubíquo, imposto pelo autoritarismo governamental, centralizava em Vargas uma espécie de ouvidoria dos trabalhadores. O presidente advogava em favor da classe trabalhadora, pois entendia as agruras e vicissitudes dos trabalhadores, porque era um trabalhador. Vargas se auto-intitulava o grande operário da nação! Portanto, hierarquicamente, sua posição de vanguarda dos trabalhadores o condicionava a propor alternativas perante os patrões para romper com as adversidades enfrentadas cotidianamente pelo trabalhador. Um país se constrói com todas as forças opostas e unidas para seguir o objetivo maior: o desenvolvimento nacional.

O operário era diariamente educado para perceber nas condições materiais e objetivas da sua existência a mão invisível, mas, porém, presente e pesada do governo varguista. Sobretudo, o presidente afirmava, “a educação como um meio de dar a vida um sentido, um fim útil, preparando os cidadãos para melhor desempenhar sua missão social”.²³ O “fim útil” proposto pelo governo para os trabalhadores era a total e incondicional entrega aos desígnios e interesses do Estado Autoritário. A política aquiescente de fim das classes sociais para o desenvolvimento nacional. A pátria para Vargas estava acima de todo e qualquer interesse de classe.

Considerações Finais

Mészáros (1993) afirma que o capital desde sua gênese sempre foi controle. O trabalho, constituído pela sua objetividade alienada, faz com que o controle seja um corpo reificado em contraposição a materialidade da força de trabalho dos operários.

Este artigo analisou o controle do Estado sobre os trabalhadores joinvilenses por meio da propaganda oficial elaborada pelo Departamento Nacional de Propaganda. Conceitua-se Estado na perspectiva gramsciana de análise da infraestrutura e superestrutura. Gramsci (1995) ratifica que o Estado é composto: a) Infraestrutura da sociedade: (Instituições organizadas socialmente como os sindicatos, as escolas, os partidos, a igreja, o governo, o exército entre outros); b) Superestrutura, a ideologia que fundamenta estas instituições no processo histórico-social.

²³ **O Brasil é bom.** DNP, 1938.

Mészáros (2004) classifica três posições ideológicas distintas no interior da sociedade burguesa: 1) Ideologia estabelecida em atitudes acríticas que exalta o sistema dominante, ignorando e camuflando suas contradições e problemas; 2) Ideologia analista das irracionalidades das formas específicas de uma sociedade de classes, anacrônica não suscetível de transformações; 3) Ideologia que rejeita a sociedade de classes, objetiva uma prática social consciente para a superação dos antagonismos sociais.

A primeira classificação do pensador húngaro, supracitado, corresponde ao período estadonovista. Para este autor, os discursos ideológicos acontecem muitas vezes de forma autônoma, porém, não são independentes e exercem influência sobre os processos históricos que condicionam o metabolismo social.

No decorrer do artigo apresentado, o Estado evidenciou seu poder ideológico e pedagógico de coerção para a manutenção da ordem política e econômica burguesa. O discurso defensor da Segurança Nacional justificou as ações repressivas e repressoras do governo autoritário de Vargas. A criação de instrumentos educativos de vigilância e adestramento dos trabalhadores foi uma estratégia getulista bastante eficaz. Além, do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda (1938), e do DIP - Departamento Nacional de Propaganda (1939). Vargas no decorrer do estado Novo criou um aparato coercitivo comandado pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Campos: DEIPS – Departamentos Estaduais de Informações nos Estados (1939); DNI – Departamento Nacional de Informações (1945).

A educação e o trabalho no contexto referido assumem um posicionamento ideológico a serviço das políticas varguistas. Saviani (2005) afirma a partir de Marx, que o trabalho diferencia os homens dos outros animais. A ominidade do trabalho está na capacidade de planejamento, elaboração e finalização das atividades subjetivamente antes da sua execução. A capacidade de transmissão, apropriação e assimilação é o ato educativo em si. Marx já se referia que o primeiro ato educativo do homem é o trabalho.

(...) O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (...) ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985: 202).

A produção do conhecimento, intencional ou não, assume as multideterminações do trabalho e suas configurações históricas. Neste sentido, Vargas utiliza a propaganda oficial e determina uma abordagem ideológica de subordinação e atrelamento dos trabalhadores para a manutenção do *status quo*.

Fernandes (1981) considera os regimes totalitários na América Latina no início do século XX, uma vertente do fascismo europeu, baseados na plutocracia. O regime implantado por Vargas exemplifica este contexto histórico. O sistema capitalista personificado em Getúlio Vargas precisou organizar uma sociedade desequilibrada e economicamente atrasada. O controle ideológico-repressivo das massas foi uma forma de implantação e aquiescência do regime autoritário.

Para Mészáros (2004) o Estado assegura ao poder econômico hegemônico, garantias e proteção para a produção e reprodução do modo de produção capitalista:

(...) as exigências normativas que o Estado é chamado a cumprir por meio de sua estrutura hierárquica de comando são geradas espontaneamente, como determinações objetivas, pelos próprios processos produtivos materiais fundamentais. A adequação do Estado para enfrentar tais exigências, em virtude de sua natureza intrínseca de estrutura hierárquica de comando político da sociedade, só é compreensível em vista da correspondência dialética da articulação institucional do Estado com a estrutura hierárquica do comando material da própria ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2004:494)

Esta historicização do Estado brasileiro representado pela Infraestrutura e Superestrutura (GRAMSCI, 1995) com suas diretrizes de comando evidenciam que a educação e os sindicatos sempre estiveram sob os desígnios do capital e seus ideólogos. A era Vargas é apenas o início dessa institucionalização ideológica. O período estadonovista representou para os trabalhadores um marco do ponto de vista das políticas trabalhistas implantadas e sobre os métodos utilizados para a sua conformação ideológico-educativa. A legislação trabalhista brasileira foi essencialmente um legado fascista, incorporado pelo governo autoritário de Vargas.

Finalizando estas considerações, pode-se fazer um paradoxo da atual política gestionada pelo Estado brasileiro referente à educação e aos sindicatos dos trabalhadores em períodos de neoliberalismo e desestruturação da economia. Os alicerces coercitivos e ideológicos do metabolismo social transformaram-se historicamente, porém, o Estado por meio da mídia (televisiva, falada e impressa) ainda processa e justifica no senso comum dos

trabalhadores a reprodução dos antagonismos sociais. O governo atual e sua política econômica subjagam o país ao controle econômico estrangeiro, sobrevive com paliativos que, definitivamente, excluem e espoliam os trabalhadores conforme os interesses do capital.

Bibliografia

- ABRAMOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. São Paulo: Global, 1985.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARAÚJO, Ângela. **A Construção do consentimento**. Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. São José: Rio de Janeiro, 1957.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.
- BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAFIERO, Carlo. **“O capital” uma leitura popular**. São Paulo: Polis, 1990.
- CAMPOS, Francisco. **Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CAPELATO, M, Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.
- CARONE, Edgar. **O Estado Novo**. (1937-1945). Difel: Rio de Janeiro, s/d.
- CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

- CHAUÍ, Marilena e FRANCO Maria Sylvia. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Cedec/ Paz e Terra, 1978.
- COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha da Nacionalização**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 1993.
- COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: Tensões sociais e controle (Joinville, 1917 – 1943)**. Dissertação (mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1996.
- CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1989.
- D'ARAÚJO, M. C, GOMES, A de C. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1986.
- DE DECA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Paz e Terra: São Paulo, 1991.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização Brasileira: São Paulo, 1987.
- FAUSTO Boris. **A revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FORTES Alexandre. Et. Al. **Na luta por direitos. Estudos recentes e história social do trabalho**. Campinas: EDUCAMP, 1999.
- FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971.
- GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. **O Brasil republicano**. Tomo III: Sociedade e Política (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRANDE, Professor Humberto. **A Pedagogia no Estado Novo**, Rio de Janeiro: Guarani, 1941.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. (org.) **Histórias de (I) migrantes: o cotidiano de uma cidade**. UNIVILLE: São Paulo, 2000.

- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **O Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e História da Educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Tese (doutorado). Campinas: 1993.
- LUCENA, Carlos. **Tempos de Destruição – Educação, Trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Vol. I São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, K. ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Moraes, s/d.
- MÉZSÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. Ensaio de Negação e Afirmção. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉZSÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.
- MÉZSÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1988.
- MORAIS Fernando. **Chatô – o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PINHEIRO Paulo Sérgio... [et al.]. **O Brasil republicano**. Tomo III: Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Fulgor, 1963.
- PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

- RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira – A organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1982.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação: Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista**. São Paulo: Moraes, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.
- TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1984.4e
- TERNES, Apolinário. **Dossiê dos 100 anos, Carlos Gomes de Oliveira**. Porto Alegre: Palitai, 1994.
- THOMPSON, Paul. **A voz do Passado. História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 30 – a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.
- KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

Cadernos do DNP

O Brasil é bom. DNP: 1938.

O Estado Novo e o momento brasileiro. Entrevista concedida à imprensa pelo presidente Getúlio Vargas, na data do Primeiro aniversário da instituição do regime de 10 de novembro. DNP: 1938

O Estado Novo. DNP: 1939.

Elogio proletário de Getúlio Vargas. DNP: 1939.

Evolução do Comunismo no Brasil. DNP: 1939 (Concurso de monografia: SOUZA, O. de Carvalho).

O presente e o futuro do trabalhador. Como estão assegurados pela Legislação Social do Brasil Novo. DNP: 1939.

Atualidade Brasileira – seus problemas e soluções. Discurso do Presidente Getúlio Vargas no Segundo aniversário do Estado Novo. DNP: 1939.

O Brasil de ontem, hoje e de amanhã. DNP: 1942.

Arquivo Histórico de Joinville

Estatutos do Círculo Operário de Joinville, 1935.